

O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL E SUA DINÂMICA HISTÓRICA DE OCUPAÇÃO E RENDA

Angela Maria Araújo Leite^{1(*)}

1 - Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL | (*) Brazil

A intensificação, no Brasil, de modernas técnicas agrícolas, com a chamada Revolução Verde, a partir dos anos de 1970, acabou por aprofundar as diferenças entre pequenos, médios e grandes produtores agrícolas, uma vez que foi negado ao pequeno agricultor o acesso a essa modernização, deixando-lhe renegado às mudanças que foram ocorrendo no meio rural.

Historicamente, o estado de Alagoas tem na atividade agrícola, especialmente na monocultura da cana-de-açúcar, no cultivo do algodão e na cultura do fumo, o seu suporte econômico. Tal fato proporcionou um grande destaque no cenário nacional e internacional, especificamente com o cultivo do fumo, chegando aos anos de 1970 a ser considerado o maior parque fumageiro da América Latina.

Contudo, a partir dos anos de 1990 a crise se instala, marcando o desenhar de um novo cenário, notadamente no município de Arapiraca, considerado Pólo Regional, onde a agricultura deixa de ser sinônimo de prosperidade.

Arapiraca localiza-se na área central do Estado de Alagoas, possui segundo estimativa do IBGE para 2005 um total de 199.964 habitantes, sendo 163.383 no espaço urbano e 36.581 no espaço rural, ou seja, apenas 18% estão distribuídos na zona rural, com densidade demográfica de 568,93/km².

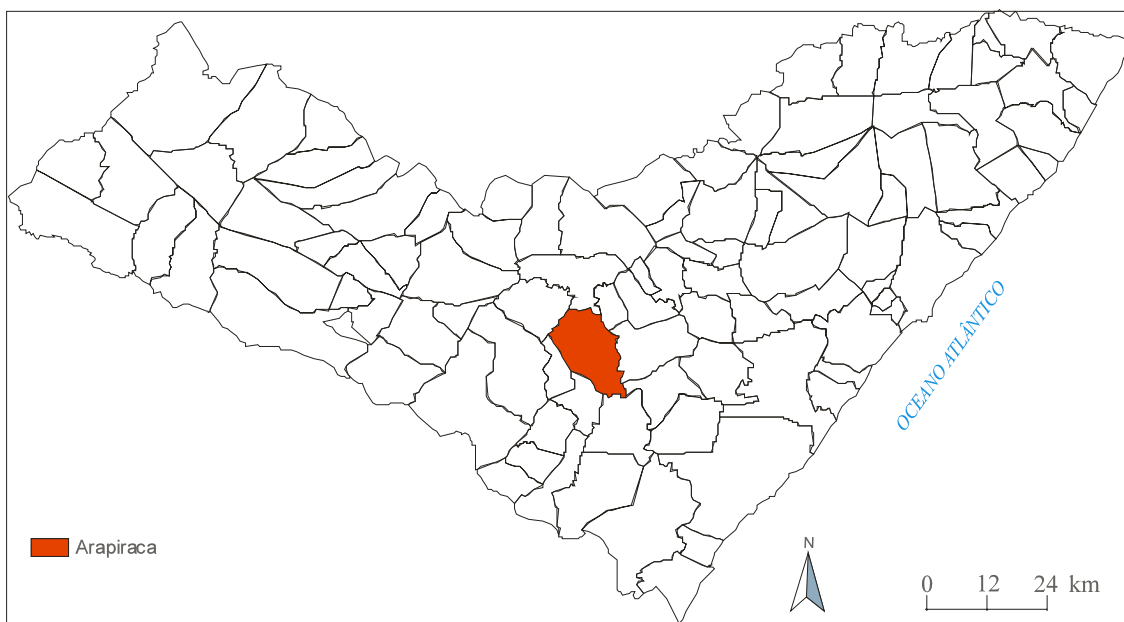
O município situa-se na área central do Estado (figura 1), na Mesorregião do Agreste e na microrregião de Arapiraca, e dista 135,7 km de Maceió, capital do Estado de Alagoas. Tem uma superfície de 351 km² e é cortado pelas coordenadas 9° 45' e 9" S e 36° 39' 40" O.

Por sua localização no centro do Estado, tornou-se ponto de passagem para as pessoas que trabalham no corte da cana-de-açúcar e que retornam da Zona da Mata, no fim da safra, em direção ao Agreste e Sertão. Assim, a cidade de Arapiraca, em função de sua feira livre e da crescente

oferta de produtos e serviços, tornou-se referência para compra de suprimentos desses trabalhadores.

A feira livre, criada em 1884 inicialmente comercializava apenas os produtos da zona rural e vai acompanhando o crescimento da produção agrícola e das atividades comerciais, atraindo comerciantes e consumidores dos estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco devido à localização e o comércio do fumo que se expandia aliado às demais atividades que impulsionavam a economia e que proporcionavam um incremento cada vez maior à população já existente.

Figura 1
Município de Arapiraca – Localização em Alagoas



Fonte: Guia dos Municípios de Alagoas (1988)
Elaboração: Angela Maria Araújo Leite
Execução e adaptação: Roberto Silva de Souza

O município tornou-se conhecido, desde sua emancipação, em 30 de maio de 1924 como a “terra da prosperidade”, através da produção agrícola, inicialmente a mandioca e o algodão.

Em 1942, Arapiraca, segundo Guedes (1999), vivia o fastígio da cultura da mandioca. Era a chamada fase de ouro, tanto para produtores, como para os armazenistas e atravessadores. Por volta de 1945 com a implantação

da cultura do fumo, amplia-se o número de fumicultores à medida que reduz o de mandioqueiros.

O município de Arapiraca, ao longo de sua história teve como suporte econômico a produção agrícola, principalmente através da cultura do fumo, que exigia grande quantidade de mão-de-obra, acarretando um intenso movimento migratório temporário proveniente da zona da mata açucareira, durante o período de entressafra, e do sertão. Como bem evidencia Andrade:

Sendo na maioria das vezes diaristas, os assalariados das regiões vizinhas afluem para a área fumicultora durante a colheita. [...] É o fumo uma lavoura que exige cuidados especiais, adubação e tratamento demorado antes que seja lançado no mercado; daí serem as áreas onde é cultivado de alta densidade demográfica e ser o salário do trabalhador rural mais elevado. (ANDRADE, 2005: p. 164).

Entretanto, em muitos casos, a falta de perspectiva no seu lugar de origem e a possibilidade de ocupação e renda tornava essa migração permanente, o que fez do município arapiraquense pólo de atração populacional.

Com a decadência da cultura fumageira, a zona rural entra em saturação e falência agrícola, culminando num crescente processo de êxodo rural, exclusão social e baixa qualidade de vida, que afetou tanto o espaço rural quanto o espaço urbano, como afirma Gusmão:

[...] para comprovar essa situação é suficiente verificar a afirmativa constante do Plano Diretor daquela cidade (1979), onde diz que, “em Arapiraca não existe pobreza”. Esta afirmativa não poderia ser feita hoje. Isto porque, é bastante claro e perceptível o processo de periferização e favelização e, conseqüentemente de pobreza que se verifica em Arapiraca. Tal fenômeno está vinculado diretamente a todo processo de transformação por que vem passando o espaço rural da Região Fumageira, em virtude da penetração das relações capitalistas no campo, cujas repercussões vão se dá diretamente no espaço urbano. (GUSMÃO, 1985: p.331)

A situação de pobreza e miséria verificadas por Gusmão em meados dos anos de 1980 se agravou com a redução consecutiva do cultivo de fumo nos anos de 1990 até os dias atuais, com ligeira alteração no ano de 2004, quando aumenta a área plantada para em seguida voltar a declinar.

Como tradicionalmente a agricultura fumageira utiliza grande quantidade de mão-de-obra, a redução de área plantada influencia diretamente no número de pessoas desocupadas e sem acesso a renda. Esse fato culminará com o crescimento de pobreza e miséria, no espaço rural e urbano.

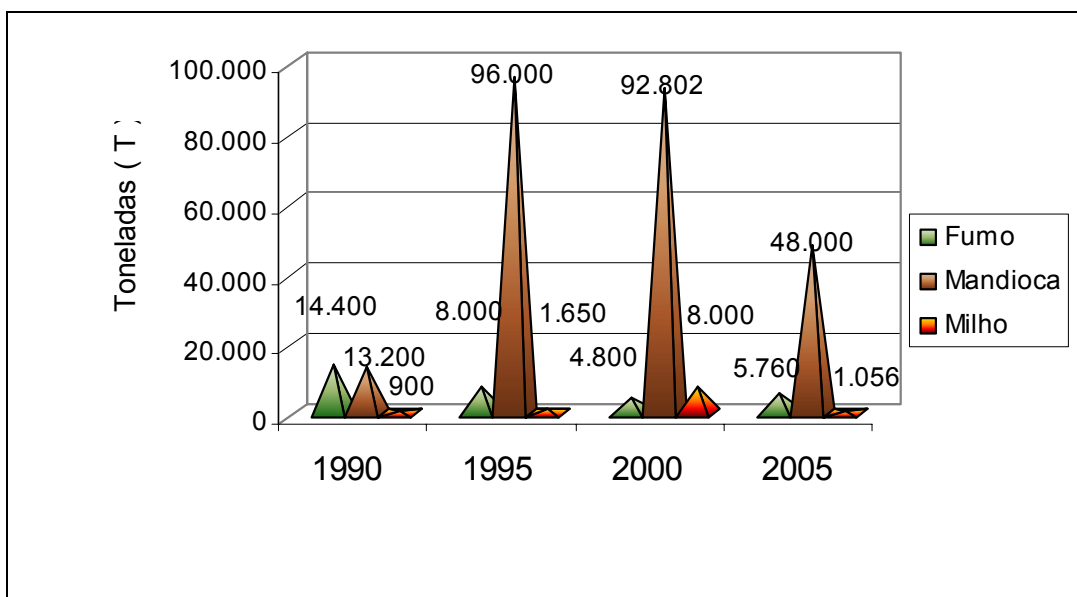
Historicamente, a estrutura fundiária arapiraquense é baseada em pequenas propriedades, como afirmam Gusmão (1985) e Oliveira (2004), e onde se estabeleceu intensamente os sistemas de arrendamento e parceria, que podia ser pago em forma de produto ou de dinheiro.

Em meados da década de 1980, Arapiraca já se consolidava como cidade pólo regional, sendo considerada a de maior crescimento, desenvolvimento e importância do interior alagoano. Este fato estava intimamente relacionado ao grande potencial econômico da cultura fumageira, com a intensiva utilização de mão-de-obra do plantio à colheita e a garantia de comercialização com a presença de empresas locais e estrangeiras, especialmente com empresas de exportação de fumo, que se instalaram no município a partir de 1950, de capital nacional e internacional; e começaram a se retirar a partir do final da década de 80, quando a cultura fumageira entra em processo de declínio, como afirma Oliveira (2004).

A crise gerada pelo declínio do mercado por demanda do fumo de corda* e a falta de assistência e orientação técnica aos pequenos produtores, culminou num quadro geral de redução de área plantada em toda a região fumageira, especialmente no município de Arapiraca, conforme gráfico 1.

* Cordas de fumo, produzida de forma artesanal a partir da cura de folhas destaladas e parcialmente secas. São comercializadas para confecção de cigarros enrolados em folhas de seda.

Gráfico 1
Produção de fumo, mandioca e milho em Arapiraca - AL



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Atualmente, a produção agrícola do município atravessa intensa diversificação com a inserção do cultivo do milho para abastecer a indústria local, representada pelo Grupo Coringa e pela Luna Avícola. Entretanto, os pequenos produtores não conseguem comercializar sua produção, por não atender às exigências qualitativas do mercado, como afirma Oliveira (2004).

Esse fato está ligado à extrema precariedade vivida pelos pequenos agricultores que não dispõem de assistência técnica para aumento da produtividade, acesso a recursos, empréstimos, máquinas modernas, entre outros, ficando o mercado restrito aos grandes produtores.

Em relação à produção agrícola arapiraquense, constatou-se através do IBGE que não existe a prática de lavoura permanente, constando apenas dados da lavoura temporária (tabela 1), onde a mandioca lidera o ranking com a produção de 48.000 toneladas, seguida pela cana-de-açúcar com 9.000 toneladas e o fumo com 5.760 toneladas.

Tabela 1
Arapiraca: Produção agrícola/2005

| LAVOURA TEMPORÁRIA | | | | |
|---------------------------|-----------------------------|---|---------------------------|--------------------------|
| Produto | Quantidade produzida | Valor da produção (em mil reais) | Área plantada (ha) | Área colhida (há) |
| Abacaxi | 700 mil frutos | 350 | 35 | 35 |
| Algodão herbáceo | 60 toneladas | 45 | 200 | 200 |
| Batata doce | 1.040 toneladas | 364 | 80 | 80 |
| Cana-de-açúcar | 9.000 toneladas | 310 | 170 | 170 |
| Feijão (em grão) | 2.450 toneladas | 2.614 | 4.250 | 4.250 |
| Fumo (em folha) | 5.760 toneladas | 5.760 | 4.800 | 4.800 |
| Mandioca | 48.000 toneladas | 3.360 | 3.000 | 3.000 |
| Milho (em grão) | 1.056 toneladas | 380 | 880 | 880 |
| Soja (em grãos) | 720 toneladas | 475 | 200 | 200 |

Fonte: IBGE – Produção agrícola Municipal/2005

Observou-se ainda, o crescimento do cultivo de produtos orgânicos como hortaliças, frutas e verduras, além da produção de laticínios, para abastecer o mercado local e da capital alagoana, bem como, a expressiva expansão do setor hortifrutigranjeiro, especialmente com a presença da Luna Avícola, uma empresa que produz aves, ovos e rações e, em conjunto com outras granjas de pequeno porte, se tornou fonte de ocupação e renda para os habitantes do meio rural.

Dessa forma, a realidade agrícola do município arapiraquense carece de políticas que atendam aos interesses dos pequenos agricultores que convivem constantemente com a ausência de assistência por parte dos órgãos agrícolas, produzindo abaixo de sua potencialidade.

O Papel dos Programas Sociais na Renda Familiar da População do Município de Arapiraca

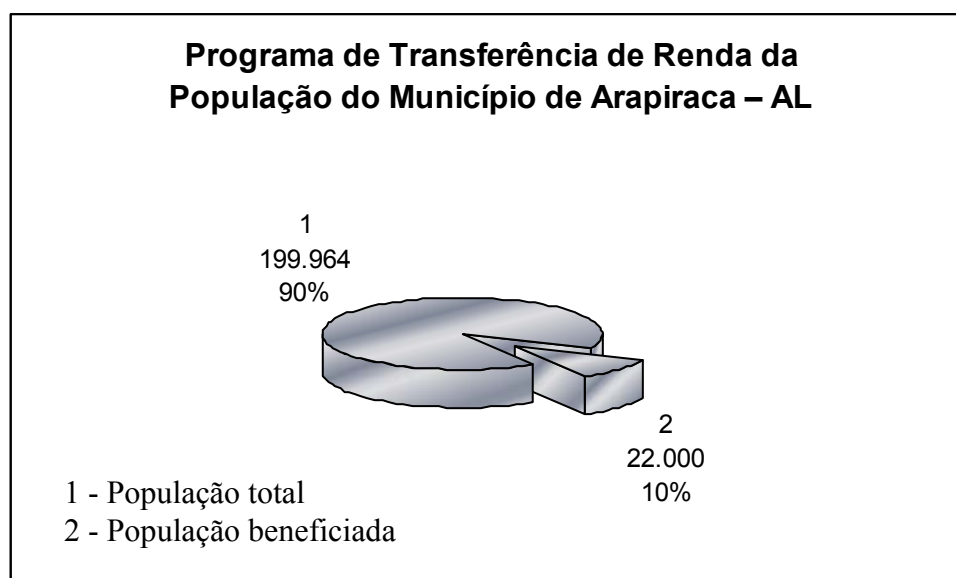
A população do Município de Arapiraca conta ainda com uma fonte de renda do governo federal, através do Programa de Transferência de Renda, onde em 2006, mais de 22.000 famílias (tabela 2) são beneficiadas, cerca de 10% da população (gráfico 2). Tais recursos, de acordo com famílias beneficiadas, são utilizados como custeio de estudos e, em casos extremos, como única fonte de renda de toda família.

Tabela 2
Arapiraca: Programas de transferência de renda – Dezembro 2004/2006

| PROGRAMA | NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS | |
|--------------------|----------------------------------|---------------|
| | Dezembro 2004 | Dezembro 2006 |
| BOLSA FAMÍLIA | 12.796 | 22.150 |
| BOLSA ESCOLA | 5.566 | 26 |
| BOLSA ALIMENTAÇÃO | 86 | 0 |
| CARTÃO ALIMENTAÇÃO | 0 | 0 |
| AUXÍLIO GÁS | 7.749 | 537 |

Fonte: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – 2004/2006

Gráfico 2



Fonte: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – 2006

Em 2004 ocorreu a unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Contudo, apenas 10% da população é beneficiada com tais recursos, insuficiente para atender ao grande número de pessoas desocupadas e sem renda.

Destaca-se ainda, os benefícios emitidos pelo Ministério da Previdência Social à população arapiraquense (tabela 3), que expressa proporcionalmente, o número de beneficiários nos meios rural e urbano, entre os anos 2000 e 2005. O crescimento dos benefícios pode ser explicada pelo aumento da expectativa de vida, segundo dados da tabela 4, fato que obriga a ampliação dos benefícios para atender a parcela crescente de pessoas em idade de aposentadoria.

Tabela 3
Arapiraca: Quantidade de Benefícios Emitidos – Dezembro 2000-05

| | BENEFÍCIOS EMITIDOS | | | | | |
|--------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| TOTAL | 18.130 | 18.434 | 20.115 | 20.958 | 22.798 | 25.813 |
| URBANA | 10.084 | 10.418 | 11.318 | 11.836 | 13.174 | 14.513 |
| RURAL | 8.046 | 8.016 | 8.797 | 9.122 | 9.624 | 11.300 |

Fonte: Ministério da Previdência Social – MPS/ 2000-05

Tabela 4
IDH - Longevidade 1991-2000

| IDH-Longevidade | | |
|------------------------|-------------|-------------|
| | 1991 | 2000 |
| Brasil | 0,662 | 0,727 |
| Alagoas | 0,552 | 0,646 |
| Arapiraca-AL | 0,525 | 0,650 |

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Ao analisar os benefícios emitidos exclusivamente no ano de 2005 (tabela 5), é possível identificar a proporção dessas aposentadorias em relação ao total dos habitantes. Observa-se que uma pequena parcela da população, urbana ou rural, tem acesso aos benefícios da Previdência Social, insuficiente

para atender às necessidades dos idosos que entram numa etapa onde deveria ter acesso à saúde, descanso e lazer, cruciais para sua qualidade de vida.

Tabela 5
Quantidade de Benefícios Emitidos à População do Município de Arapiraca – AL.

| | POPULAÇÃO TOTAL | BENEFÍCIOS EMITIDOS | % da população* |
|-----------|------------------------|----------------------------|------------------------|
| Arapiraca | 199.964 | 25.813 | 11% |
| Urbana | 163.383 | 14.513 | 8% |
| Rural | 36.581 | 11.300 | 24% |

Fonte: Ministério da Previdência Social – MPS/ 2005

* Refere-se à porcentagem dos benefícios emitidos em relação à população de referência.

Assim, constata-se que proporcionalmente ao número de habitantes, o maior número de aposentadorias foi emitido à população rural, perfazendo um total de 24% de seus habitantes, sendo que esta equivale a 44% do total de benefícios emitidos no Município de Arapiraca. É importante considerar que as condições de trabalho na qual o homem da zona rural está inserido, são extremamente desgastante, iniciando o trabalho na agricultura ainda em sua adolescência, além de estarem sujeitos às intempéries climáticas e estruturais, motivo pelo qual não lhe é exigido à comprovação do mesmo tempo de contribuição ao Ministério da Previdência Social que o habitante da zona urbana.

Ocupação e Renda: Atividades agrícolas e Não Agrícolas no Município de Arapiraca

Em Arapiraca, o número de pessoas ocupadas por estrutura empresarial (tabela 6) tem maior expressividade no setor do comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, com cerca 8.229 pessoas ocupadas, seguida pela administração pública, defesa e

seguridade com 4.675 e a indústria de transformação com 3.331 pessoas. Esses são os setores que oficialmente oferecem o maior número de ocupações, representando apenas 8% do total de habitantes.

Tabela 6
Arapiraca: Pessoas ocupadas por estrutura empresarial - 2004

| ESTRUTURA EMPRESARIAL | NÚMERO DE UNIDADES LOCAIS | TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS |
|--|----------------------------------|----------------------------------|
| Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal | 17 | 140 |
| Pesca | 1 | - |
| Indústrias extrativas | 3 | 35 |
| Indústrias de transformação | 264 | 3.331 |
| Produção e distribuição de eletricidade, gás e água | 1 | - |
| Construção | 37 | 78 |
| Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos | 2.632 | 8.229 |
| Alojamento e alimentação | 96 | 417 |
| Transporte, armazenagem e comunicações | 52 | 334 |
| Intermediação financeira | 75 | 160 |
| Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas | 163 | 600 |
| Administração pública, defesa e seguridade social | 3 | 4.675 |
| Educação | 80 | 691 |
| Saúde e serviços sociais | 74 | 758 |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais | 251 | 453 |
| Serviços domésticos | | - |
| Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais | - | - |

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2004.

Pode-se constatar alterações significativas nas relações de ocupação familiar nas atividades agrícolas, e na expropriação sofrida pelos pequenos produtores, a exemplo da cultura fumageira, onde hoje predomina a mão-de-obra não remunerada ou familiar, como ressalta Oliveira:

Durante a colheita de fumo, é comum colocar-se as folhas de fumo em casas de pessoas que não têm roça para que essas pessoas destalem as folhas que vão servir para fazer a corda de fumo, [...] Essas pessoas são pequenas produtoras que venderam seu pedaço de terra e foram viver em outros lugares posteriormente retornaram sem conseguir nada e hoje trabalham em jornadas de forma esporádica, quando alguém oferece serviço. Além disso, tem aqueles que nunca foram trabalhadores rurais, portanto sempre viveram na cidade e que

hoje são aposentados e que durante a colheita do fumo, praticam essa atividade de destalar folhas de fumo na sua própria casa. (OLIVEIRA, 2004: p. 70).

É importante ressaltar que as pessoas que realizam esse tipo de trabalho não são considerados trabalhadores rurais, o que significa a exclusão dos mesmos nas aposentadorias rurais. Assim, mesmo que estejam exercendo atividade rural, não são reconhecidos como tal.

Alterações significativas no modo de vida da população rural vêm contribuindo para que as relações de ocupação e renda passem por grandes transformações, conseqüentemente influenciando diretamente na qualidade de vida de toda uma comunidade.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE no ano 2000, das pessoas ocupadas em Arapiraca na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, 24% estão empregadas, apenas 3% possuem carteira assinada, 21% não possuem carteira assinada, 1% é empregador, 27% trabalha por conta própria, 16% exerce trabalho não remunerado e 8% trabalham para o próprio consumo, perfazendo um total de 25.797 pessoas, ou 11% do total dos seus habitantes.

A população da zona rural do município de Arapiraca atravessou ao longo dos anos um intenso processo de auge, declínio e substituição de culturas, conseqüentemente tendo que enfrentar alterações significativas, obrigando-os a ampliar e/ou adotar novas alternativas de ocupação e renda que garantisse sua reprodução social.

O espaço rural contemporâneo, visivelmente transformado, carece de um olhar mais apurado, principalmente no que se refere às relações de ocupação e renda das famílias que habitam o campo, uma vez que é possível constatar, em determinadas áreas, uma crescente ocupação dessas famílias em atividades não agrícolas como forma de melhorar a renda doméstica e garantir sua permanência no meio rural, através de um trabalho acessório realizado na entressafra. Para Kautsky:

Ganhar dinheiro torna-se cada vez mais importante para o pequeno lavrador, de modo que sua atividade secundária

passa a crescer enquanto a própria lavoura de sustentação vai para o segundo plano. (KAUTSKY, 1986: p.150).

Essa necessidade de complementação de renda através da ocupação em trabalhos não agrícolas acaba por causar a proletarização do pequeno agricultor, obrigando-o a vender sua força excedente de trabalho e submetendo-o à exploração.

Ao tratar sobre a “Dinâmica da Agricultura Familiar em Alagoas”, Veras (2003: p. 19,20) apresenta dados que comprova a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de quatro municípios alagoanos, entre eles Arapiraca, entre os anos de 1970 e 1990 e sua redução entre 1990 e 1996, colocando como principais causas:

- a) falta de dinamismo do setor industrial;*
- b) baixo investimento em infra-estrutura;*
- c) aplicação de parte da poupança privada em atividades não produtivas, bem como aplicação fora da região;*
- d) estagnação ou decréscimo de áreas cultivadas;*
- e) redução do produto agrícola;*
- f) estagnação ou redução do rendimento da terra;*
- g) quase desaparecimento da cadeia produtiva do algodão.*

Observamos assim, que as políticas públicas agrícolas que contemple o pequeno agricultor são insuficientes e/ou ineficazes, o que tem contribuído para sua proletarização e conseqüente busca por atividades não agrícolas.

Um exemplo é o Programa de Financiamento da Agricultura Familiar – PRONAF, do governo federal, associado a um projeto produtivo, com a liberação de recursos e posterior reembolso ao credor; em Arapiraca foi administrado por técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura – SMA. Contudo, os agricultores não receberam informações suficientes, pois segundo Nardi (2004, p. 110) “Os técnicos se limitavam a fornecer informações gerais e

nenhuma sobre a maneira de preparar um projeto produtivo, que tipo e fazer o orçamento”, o que acabou gerando sérios problemas aos beneficiários, uma vez que “considerando o agricultor este dinheiro como “doação”, pois este ia ser utilizado inadequadamente para a compra de alimentos, roupas ou ainda sacar outras dívidas” (idem, p.111).

A decadência da cultura do fumo e a conseqüente redução da área de cultivo e da expressiva utilização de mão-de-obra (comum na forma de cultivo da região fumageira alagoana), alterou significativamente as características de ocupação e renda do homem do campo, que passa a se dedicar a outras atividades econômicas, como forma de resistência e permanência no espaço rural.

Portanto, ficam evidentes, através das questões expostas, que a realidade arapiraquense é de extrema precariedade, especialmente no tocante as relações de ocupação e renda, estando o homem do campo à mercê do desmantelamento de seu modo de vida e sujeito a ineficácia de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal que não levam em consideração suas necessidades, causando dependência de políticas assistencialistas, aumento dos desocupados e sem renda, refletidos em pobreza e miserabilidade, além do aumento da violência.

Considerações finais

Pode-se constatar a diversidade de questões que envolvem o espaço agrário do Município de Arapiraca. As discussões levam em consideração que cada lugar é reflexo das relações sociais, políticas e econômicas, estabelecidas em seu processo histórico.

Com o declínio da cultura fumageira, que utilizava um grande número de trabalhadores, deixa a mão-de-obra existente fora das necessidades que as atuais culturas adotadas. No caso do cultivo da mandioca, são cerca de dois anos entre o plantio e a colheita, com pouca necessidade de cuidados nesse intervalo.

O Estado de Alagoas tem sua economia intimamente ligada à atividade agrícola, destacando-se historicamente na monocultura agro-exportadora da cana de açúcar. Esse fato, porém é fruto dentre outros aspectos, de políticas agrícolas que concedia benefícios aos usineiros latifundiários, através de isenção fiscal, empréstimos bancários e assistência técnica em detrimento dos pequenos agricultores que sempre se depararam com a escassez de recursos para investimento agrícola.

O Município de Arapiraca, ao longo de sua história, encontra na agricultura a base de sustentação econômica que impulsiona as demais atividades e conseqüentemente, se torna responsável pela organização espaço-territorial. Contudo, a cultura fumageira foi a maior responsável pelas transformações espaciais, quer no seu período áureo, quer com sua decadência, especialmente nos anos de 1990 aos dias atuais.

É comum ouvir da população, que durante a época do fumo, não faltava trabalho para ninguém e que o valor pago ao trabalhador era suficiente para sua manutenção até a próxima safra. Atualmente essa realidade está longe de ser (re)conhecida.

A partir dos anos de 1980 a cultura do fumo, responsável pelo período áureo da economia do Município, entra em processo de declínio. Porém, os anos de 1990 serão os mais críticos no que concerne ao empobrecimento dos pequenos agricultores e a ampliação da miserabilidade, com a redução da necessidade de mão-de-obra e a redução dos preços dos produtos agrícolas.

Esse fato pode ser verificado ao compararmos a produção do fumo no município arapiraquense, a partir de dados do IBGE, que no ano de 1990 era de 14.400 toneladas numa área de 12.000 hectares, chega ao ano 2000 produzindo apenas 4.800 toneladas numa área 6.000 hectares, portanto, uma redução de 50% na área plantada. Fato contrário ocorrerá com a Mandioca, que salta em 1990 de 13.200 toneladas numa área de 1.000 hectares para 92.802 toneladas numa área de 6.000 hectares no ano 2000, portanto com um aumento de 600% em relação à área plantada.

A periferia urbana permanece recebendo migrantes dos municípios circunvizinhos, em especial da zona rural, que vão viver em barracos de lona, a exemplo do lixão da cidade. Contudo, existe uma parcela que sonha em

retornar ao campo e voltar a se dedicar a agricultura, mesmo que para isso tenha que sobreviver de ocupações temporárias ou de benefícios concedidos pelos programas sociais. Esse fato, aliado ao número de pessoas desocupadas já residentes no campo, pode aumentar ainda mais a pobreza e a miséria verificadas entre os habitantes da zona rural que não possuem acesso a terra e que vivem dependentes de bicos.

Conclui-se que as políticas públicas pecam por fazer uma análise macro-espacial e determina as necessidades do homem do campo, como se pudesse existir homogeneidade nacional, regional, estadual ou até mesmo municipal.

Seria necessário que os órgãos públicos buscassem nas comunidades, informações necessárias para a adoção de políticas específicas, como assistência técnica, crédito ao pequeno produtor, planejamento para escoamento da produção, geração de ocupação e renda para os moradores que não tem acesso a terra, dentre outros.

Finalmente, defende-se a atividade agrícola como principal fonte da dignidade do homem do campo, mas que a dependência de uma única cultura, como a fumageira, acarretou, em função do seu declínio, um rápido empobrecimento da população em função da falta de ocupação e renda. Que o pequeno agricultor a se ver sem amparo ou perspectivas é obrigado a vender sua terra e abandonar a agricultura e buscar outras fontes de renda.

Referências bibliográficas

ALAGOAS. **Guia dos Municípios de Alagoas**. Mapa de Alagoas: divisão municipal. [Maceió], 1988. 1 mapa, 13,97 cm x 24,24 cm. Escala 23 km.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca Através do Tempo**. Maceió: Gráfica Mastergraphy Ltda, 1999.

GUSMÃO, Ivanilde Moraes de. **Acumulação de Capital e Espaço – Estudo das modificações estruturais no espaço da Região Fumageira de Alagoas**. 343f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE – Cadastro Central de Empresas - 2004.

_____ Censo Demográfico – 2000/2005.

_____ Produção Agrícola Municipal – 1990/2006.

KAUSTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LIRA, Fernando José de. **Evolução da Ocupação Agrícola e Não-Agrícola no Meio Rural de Alagoas**. Disponível em <<http://143.106.37.6/nea/rurbano/textos/downlo/rurban20.html>> Acesso em: 15 jan. 2007.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL-MPS. Informações Estatísticas Municipais da Previdência Social. 2000/2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS. Informações Bolsa Família. 2004/2006.

NARDI, Jean Baptiste. **Fumo e Desenvolvimento Local em Arapiraca / AL – Primeiras observações e análises para a elaboração do diagnóstico sócio-econômico municipal e regional**. Projeto FAPEAL/CNPQ-FUNESA. Arapiraca, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: **Perspectivas no início do séc. XXI**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs). O Campo no Século XXI: território de vida e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, Moisés Calú de. **Reorganização do espaço agrário de Arapiraca no contexto da fumicultura a partir de 1980**. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

PRIEB, Rita Inês Pauli. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 1991/2000.

SOUZA, Dílson Renan de. **Reforma agrária: as experiências em Alagoas (1980-2000)**. Maceió: EDUFAL, 2001.

VERAS, Edmilson Correia. **A dinâmica da agricultura familiar em Alagoas: Um estudo de caso**. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/IIISeminario/Edimilson.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

